

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT- 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

OBSERVATÓRIOS CULTURAIS NO BRASIL: FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Selma Cristina da Silva (Universidade de São Paulo - USP)

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira (Universidade de São Paulo - USP)

CULTURAL OBSERVATORIES: FORMATION AND CHARACTERISTICS

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Observatório cultural é um dispositivo de informação, típico da sociedade contemporânea, que se apropria de metodologias e teorias interdisciplinares para acompanhar e compreender o campo cultural. Os observatórios culturais surgem no Brasil no final da década de 1980 e se desenvolvem especialmente a partir da segunda metade da década 1990, atingindo o maior número de instituições nos anos 2000. A partir da pesquisa dos conteúdos dos sites de 15 observatórios brasileiros, são analisados os contextos, as motivações e as circunstâncias de criação, assim como as formas de atuação, práticas e atividades desses órgãos. Em geral, predomina a produção de conteúdos analíticos; a edição de livros, revistas, artigos, textos, publicações digitais e audiovisuais; a coleta de informações em “bancos de dados” e a promoção de atividades de difusão: palestras, oficinas, cursos rápidos, encontros. Entre os pontos de vulnerabilidade na atuação, devido aos recursos de que dispõem, encontram-se: o trabalho em rede, a comunicação com os diferentes públicos, a produção de indicadores culturais e o compartilhamento de conteúdos e metodologias. A contribuição principal dos observatórios se identifica, sobretudo, na criação de uma "cultura" das práticas de pesquisa e observação e pelo reconhecimento de sua importância para a ação política. No caso brasileiro, a apropriação desse tipo de dispositivo de informação por setores da sociedade civil e pelos movimentos sociais significa um propósito novo ou uma ampliação da ação política dos grupos.

Palavras-chave: Observatório cultural, Campo cultural, Política cultural, Informação cultural, Brasil.

Abstract: Cultural observatories are apparatuses of information, typical of contemporary society, that absorb interdisciplinary methodology and theory to follow and comprehend the field of culture. Cultural observatories emerged in Brazil in the late 1980s, but developed themselves more assertively throughout the late 1990s and reached an increased number of institutions in the new millennium. Their contexts, motivations, circumstances of creation as well as operation manner, practices and activities were analyzed based on the online content of 15 different Brazilian observatories. In general, the production of analytical content is their predominant activity, which includes: literature, magazines, scientific articles and texts, digital and audio-visual publishing, the gathering of information in data

banks and the promotion of disseminating activities like lectures, workshops, quick courses and congresses. The observatories' vulnerabilities, due to their scarce resources, include: work through networking, communication with a diverse audience, the production of cultural indicators and the sharing of content and methodology. The main contribution of these observatories is their participation in creating a "culture" of observation and research practices as well as recognition of their importance to political action. In the case of Brazil, the appropriation of this kind of information apparatus by sectors of civil society and by social movements reveals a new or amplified purpose of political activity among these groups.

Key-words: Cultural observatories, Cultural field, Cultural policy, Cultural information, Brazil.

1 INTRODUÇÃO

No campo dos estudos sobre a cultura há uma pré-compreensão de que observatórios são instituições independentes, de pesquisa e informação, que não têm o rigor e o tempo das universidades, mas que trabalham com metodologia e cientificidade. A pouca literatura sobre o assunto apresenta essa instituição, observatório, como detentora de maior capacidade de articulação e formação de intercâmbios sociais do que as instituições tradicionais de informação. Pressupõe-se que tenha credibilidade e imparcialidade; e que traga respostas úteis para a gestão da cultura e as políticas culturais. Aliás, a ela se referem constantemente como ferramenta e instrumento. Seu caráter utilitário está dado no momento de sua criação.

A proposta dessa pesquisa é investigar o papel dos observatórios no cenário da gestão cultural brasileira: o contexto e as circunstâncias de sua criação e a possível contribuição de seus programas para as políticas públicas de cultura. Como pressuposto, pode-se pensar na criação desse tipo de instituição – observatório – dentro de um projeto maior de consolidação de um campo, a cultura. Como objetivo geral, a proposta é investigar qual é a natureza dos trabalhos dos observatórios culturais e o quê estão gerando de informação para a produção de um conhecimento setorial.

A motivação dessa pesquisa está diretamente ligada à minha experiência pessoal no momento de constituição de dois observatórios e seus desdobramentos posteriores: o Observatório de Políticas Culturais da ECA/USP, criado no final da década de 1980, e o Observatório Itaú Cultural, criado em 2006. No primeiro caso, como aluna da graduação, acompanhei o trabalho dos professores e de alguns colegas no desenvolvimento das pesquisas e na coleta de conceitos e definições para o *Dicionário Crítico de Política Cultural* (1997)¹. O Observatório, então, se apresentava como um órgão qualificado para o trabalho

1 COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

epistemológico, utilizando metodologias e procedimentos específicos. No segundo caso, o Observatório do Itaú Cultural surgiu em um período em que houve um segundo *boom* de criação de observatórios no mundo, provocado pelo impacto das grandes massas de informação, das redes e pelo concreto e crescente interesse econômico na cultura.

A observação dessas experiências de implantação de observatórios, em décadas distintas, motivou o interesse em compreender uma possível situação de fragilidade institucional desses órgãos, conforme análises de Ortega Nuere (2010, p. 36) sobre a realidade europeia; e de entender os modelos de atuação e de sobrevivência dos observatórios no Brasil a partir das reflexões de Albornoz, Herschmann e Santos (2006; 2008). Recorreu-se, também, às discussões apresentadas no número especial da Revista Observatório Itaú Cultural, publicado em 2007, nos textos de Teixeira Coelho, Paul Tolila, Isaura Botelho, José Marcio Barros, entre outros. Para esta pesquisa, os canais de informação dos observatórios, especialmente seus sites, constituíram o lugar privilegiado para a observação dos perfis e das atividades desenvolvidas nesses órgãos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Opções metodológicas

Considerando os observatórios culturais como instituições relativamente jovens, implantadas em um campo social (cultura) caracterizado pela fluidez e transversalidade, a princípio a pesquisa procurou equilibrar o uso de alguns instrumentos da pesquisa empírica, associados ao aprofundamento da reflexão teórica, disponível nos livros, revistas, sites e demais fontes produzidas sobre o tema. Consciente de que havia no momento pouca investigação sobre o papel e o desempenho dos observatórios, no Brasil, no tocante às políticas públicas, manteve-se em perspectiva a preocupação com a análise contextual (social e teórica) dos dados coletados.

A opção foi estabelecer como fonte principal os sites e canais de informação dos observatórios nos quais se poderia vislumbrar o discurso de constituição e propósitos dos observatórios e acompanhar suas realizações e dinâmicas. A exceção foi feita ao Observatório de Políticas Culturais da ECA/USP, fundado no final da década de 1980, por ser uma experiência pioneira no Brasil, que produziu referências para as décadas seguintes. Com base nos sites e nos canais de informação dos observatórios, portanto, foi feito o estudo analítico

dos textos fundantes e institucionais e dos conteúdos disponíveis a fim de compreender os modelos de organização e as formas de atuação, seguindo duas diretrizes:

- a) O perfil institucional: a natureza jurídica e origem dos recursos; os objetivos e as motivações de sua criação; a interação com o público e a difusão da informação.
- b) As atividades realizadas: pesquisa e indicadores produzidos; formação de gestores; trabalho colaborativo e em rede; apropriação pela sociedade civil.

Embora com propósitos diferentes, essa perspectiva foi inspirada no trabalho da pesquisadora espanhola Cristina Ortega Nuere (2010), que definiu como objeto de seus estudos apenas observatórios europeus participantes de redes, com sites ativos e resultados publicizados. A sua justificativa foi de que um observatório, que é um órgão típico da sociedade da informação, não faria sentido sem esses aparatos tecnológicos e sem se comunicar com a sociedade.

Para o estudo a que se propôs esta pesquisa, foram considerados os observatórios que se encaixavam na classificação de “observatórios de cultura, comunicação e informação”, proposta por Herschmann, Santos e Albornoz (2008), fundados especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, incluindo alguns relacionados a questões sociais que também pesquisam a produção simbólica e hábitos culturais locais. Foram selecionados 15 observatórios, vinculados institucionalmente às esferas privada, pública ou mista, pertencentes a institutos, universidades, órgãos públicos entre outros: Observatório Afro-Latino e Caribenho (Brasília, DF), Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA, Rio de Janeiro, RJ), Observatório Brasileiro de Economia Criativa (OBECs: UFBA, UNB, UFMG, UFF, UFRGS), Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais (Cariri, CE), Observatório da Cultura de Porto Alegre (Porto Alegre, RS), Observatório Cultural Unilasalle (Canoas, RS), Observatório da Diversidade Cultural (ODC, Belo Horizonte, MG), Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM, São Cristóvão, SE), Observatório de Favelas (Rio de Janeiro, RJ), Observatório da Imprensa (São Paulo, SP), Observatório das Indústrias Culturais (Niterói, RJ), Observatório Itaú Cultural (São Paulo, SP), Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC, Rio de Janeiro, RJ), Observatório de Políticas Culturais da ECA/USP (São Paulo, SP), Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult, João Pessoa, PB).

Para o embasamento teórico, foi realizada a revisão da literatura sobre observatórios sociais e culturais, pensando a possibilidade de ampliação da tipologia considerada até o momento no Brasil. Em primeiro lugar, o levantamento se concentrou em ambientes

específicos, tais como bases de dados, bibliotecas, repositórios acadêmicos e nos próprios observatórios. Além disso, a introdução de observatórios culturais, no Brasil, exigiu a compreensão de assuntos mais abrangentes para efeito de contextualização ideológica, histórica e política. Houve a necessidade de se apropriar da história dos processos de construção das políticas culturais, dos contextos sociais e históricos de implantação dos observatórios e do papel central que a cultura assumiu na sociedade.

2.2 Do conceito às questões de implantação dos observatórios na realidade brasileira

O que é um observatório? As definições de alguns dicionários da língua portuguesa² nos remetem à noção de edifício, de lugar onde se fazem observações astronômicas e meteorológicas. E também observações geológicas, oceanográficas, de vulcões etc. O *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica*, de Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (1987), sintetiza a definição como o “conjunto de instalações destinadas à observação dos fenômenos naturais”. O *Dicionário Astronômico do Inape* (2010) acrescenta a informação de que os observatórios modernos permitem a “observação isenta de obstáculos espaciais”. É, portanto, um ponto privilegiado de observação, geralmente associado à possibilidade de se obter uma visão ampla ou completa do fenômeno (natural) observado.

A constatação de que houve uma migração desse conceito para as ciências sociais, de forma geral nos anos 1960 e especialmente para a cultura a partir do final dos anos 1980 até metade dos anos 1990 (VICARIO; ORTEGA NUERE, 2010), indica possivelmente uma mudança de abordagem metodológica na análise dos fenômenos culturais e, conseqüentemente, no que se entende por cultura e produção simbólica. As palavras isenção, independência, objetividade, medição, comparação, indicador e estatística passam a fazer parte do cotidiano das atividades culturais. E observatório torna-se uma espécie de metáfora para a tentativa de objetivação dos fenômenos culturais.

Segundo Armand Mattelart (2006), isso acontece no momento em que a cultura e a informação passam a ser medidas ou quantificadas numericamente, valendo-se do trabalho e das invenções da tecnologia da informação. O parâmetro deixa de ser o “sentido” para ser o número, a fórmula universal de comunicação e do pensamento. Para ele, a chamada

2 MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2016.
FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.
HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

sociedade da informação resulta dessa lógica e passa a ser difundida como uma realidade, embora esconda na própria definição uma estratégia, uma construção geopolítica, ideológica, que é especificamente estadunidense, para o autor.

Para além das definições de dicionário e do intercâmbio de sentido com os órgãos de ciências naturais, existe um conceito ou uma definição para observatório cultural? A literatura sobre observatórios, até o momento, parece ter uma preocupação mais descritiva do fenômeno, procurando sintetizar os vários modelos (PHÉLAN, 2007; ALBORNOZ, HERSCHMANN, SANTOS, 2006, 2008; BELAEN, LACAILLE, LACROIX, 2009; ORTEGA NUERE, 2010) para classificá-los em tipos: do tipo reflexivo, de produção de estudos, aos tipos fiscais, de monitoramento de determinados setores.

Embora haja uma grande variedade e riqueza de observatórios de informação, comunicação e cultura é possível dividi-los em dois conjuntos, com os seguintes enfoques básicos: um primeiro grupo, em que os observatórios são concebidos como espaços articuladores da cidadania a partir do qual pode-se monitorar o funcionamento dos meios de comunicação (“observatório fiscal”) e, outro, em que são considerados como novos organismos que colaboram através de suas intervenções e reflexões na formulação de políticas públicas (“observatório *think tank*”). (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006, p. 5).

Há também uma atitude propositiva, indicando as atividades e funções imprescindíveis à instituição e ao modelo que se quer desenvolver (COELHO, 2007; TOLILA, 2007; BOTELHO, 2007; BARROS, 2007; ORTEGA NUERE, 2010), por exemplo, processos de análise, observação, avaliação, formação e disseminação de certa informação cultural ou informação para o campo cultural. Alguns autores (VICÁRIO; ORTEGA NUERE, 2010) justificam a ausência de definição/conceito de observatório pelo curto tempo de existência desse tipo de instituição: trata-se de uma organização recente, em processo de institucionalização, segundo eles. Parecem acreditar, entretanto, em sua força institucional ao insistirem na importância que têm para o campo da cultura.

A pesquisa realizada até o momento, nos textos e nos sites dos observatórios culturais, assim como as conversas com alguns gestores atuantes, parece indicar que não há forte preocupação teórica ou conceitual com esse tipo de instituição. Há, por parte de alguns, a percepção de que o fenômeno de surgimento dos observatórios não está ligado a uma nova forma de organização no campo da cultura, mas da simples adoção de um termo associado à ideia de pesquisa, visão geral ou monitoramento de um tema específico. Por isso, não se vê institucionalidade fixa no termo, o que permite que ele seja utilizado para denominar desde

um órgão até um grupo de estudos, um departamento ou um *blog*. Há também os profissionais que adotam o discurso contrário, isto é, baseado na concepção de que os observatórios e, entre eles os culturais, são órgãos necessários e típicos da sociedade contemporânea.

Para José Luiz Braga (2015, p. 10), a despeito da diversidade de atuação e propósitos, há um elemento inovador na constituição desse tipo de instituição, que é uma “política comunicacional”, isto é, os observatórios em geral têm como princípio a publicização de informações de interesse coletivo; promovem a participação social, reunindo especialistas e leigos em um mesmo ambiente.

Os observatórios, em sentido abrangente, são instituições voltadas à pesquisa, observação, coleta, análise e divulgação de informações, associadas em sua origem às ciências da natureza, em especial à astronomia e à geografia/cartografia, sendo provavelmente mais antigos que as universidades. A partir do século XVIII e com a fragmentação do conhecimento em múltiplas disciplinas, os observatórios vão sendo associados às ciências humanas e sociais, que tomam de empréstimo das ciências naturais métodos como o “trabalho de campo” (BURKE, 2012, p. 45-46). De sua origem e propósito iniciais, permanecem as noções de organismo voltado à pesquisa, ao desbravamento, à prospecção, ao distanciamento para melhor compreensão, ao diagnóstico e até mesmo a certa imparcialidade. A imagem primeira de um observatório é a imagem da visão privilegiada (nítida) ou de um local privilegiado a partir do qual se pode ver com maior precisão e detalhamento. Entretanto a característica fundamental de um observatório é o seu direcionamento prático, aplicável e necessário para a solução de problemas.

De certa forma, os mapeamentos populacionais e estudos sobre cidades e habitantes, mais recentes, são decorrentes de um processo de investigação social que vai se sofisticando a partir das primeiras décadas do século XX. Beuttenmuller (2007, p. 55) identifica o observatório contemporâneo de políticas públicas, na sua origem, a partir de experiências nos Estados Unidos na primeira metade do século XX (*research fiel stations*), envolvendo estudos nas áreas de ciências naturais e aplicadas e, posteriormente, estudos sobre o ambiente urbano. Os observatórios de políticas públicas têm ambiente propício especialmente nos regimes democráticos, nos quais as informações sobre os governos e as sociedades precisam ser compartilhadas.

No campo da cultura, o *Observatório de Políticas Culturais* de Grenoble (França), criado em 1989, é geralmente considerado o primeiro desse gênero em todo o mundo (BOTELHO, 2007, p. 68; ORTEGA NUERE, 2010, p. 41). O Observatório de Políticas Culturais da ECA/USP (São Paulo/Brasil) também tem registro de atividades já em 1988 e, de fato, é uma iniciativa inédita nesse campo. Ainda nos anos 1960, algumas instituições criaram organismos que se assemelhavam aos observatórios culturais de agora. Em 1962, a *Bank of Sweden Tercentenary Foundation* criou um observatório para realizar pesquisas de humanidades, ciências sociais e artes a fim de gerar informações culturais estratégicas. Em 1963, surgiu a *Boekman Foundation*, em Amsterdam (Holanda); em 1969, o *Center for Cultural Research*, com sede em Bonn (Alemanha); em 1970, a *Organisation Internationale de la Francophonie*, na França. (ORTEGA NUERE, 2010, p. 40).

Voltando ao fato de que os observatórios culturais são formações de um tempo recente, portanto, ainda em consolidação, podemos entender que estão por ora se constituindo, se institucionalizando. O conceito de institucionalização está ligado a uma noção de processo, de mobilidade, isto é, refere-se a um tempo intermediário no qual o arranjo social em questão ainda não está totalmente cristalizado, mas em movimento. Assim, podemos entendê-lo como o momento da constituição de uma forma (institucional).

A institucionalização representa, num grande número de casos, a promoção de formas espontâneas e desorganizadas de associações, que existem face à comunhão de pessoas em relação a projetos e a objetivos comuns, a formas de organização formalmente constituídas. Representa a passagem de organizações informais a organizações formais. (INSTITUCIONALIZAÇÃO..., 2003).

A afirmação acima parece coerente com a situação da institucionalidade dos observatórios diante da sua própria história e contexto de criação. Segundo Raymond Williams (2011, p. 35), as instituições culturais são diferentes das formações sociais, sendo que nas primeiras as relações dos produtores culturais são indiretas, pois a instituição não nasceu deles; nas segundas, as relações são diretas, pois os produtores foram organizados ou se organizaram a si mesmos. As instituições são definidas como “estruturas relativamente estáveis”, regulamentadas e públicas, enquanto as formações se balizam por códigos de conduta e são, em geral, de caráter privado. Entre ambas podem ocorrer ligações formais ou mesmo causais sem identificação. Essas relações, entretanto, podem se transformar ao longo da história e das formas de produção que forem surgindo.

Por serem defendidos e implantados, em geral, por intelectuais, pesquisadores, gestores e professores, os observatórios culturais têm fortes características de formações sociais, na acepção de Williams (2011): são órgãos ligados à pesquisa, à produção de conhecimento, a um grupo. Mas possuem também suas formas mais institucionalizadas, associadas a outras instituições tradicionais como bancos, fundações, universidades, associações profissionais etc. Podemos pensar que são formações em processo de institucionalização. Não se pode afirmar precisamente qual o tempo necessário para a cristalização de procedimentos e normas ou mesmo se isso acontecerá.

Segundo Paula Schommer (2015), ao falar da relação entre governantes e cidadãos na gestão dos interesses coletivos, o ideal é que haja uma integração entre os mecanismos institucionalizados e os menos institucionalizados, dentre eles os observatórios.

Com base nas informações e análises que produzem, os observatórios sociais podem fiscalizar a ação de gestores públicos, contribuir para a observância dos princípios constitucionais da administração pública, ativar e qualificar o funcionamento do sistema de controle institucional, composto por diversos mecanismos e órgãos da administração pública, com papéis complementares; gerar mobilização coletiva e influenciar decisões e o processo de planejamento, implantação e avaliação de políticas públicas; estimular o engajamento mútuo entre governantes e cidadãos para o enfrentamento de desafios coletivos. (SCHOMMER, 2015, p. 23).

O caráter de utilidade pública e de instrumento democrático, com forte apelo à questão da cidadania e das políticas públicas, mostra esse modelo de instituição como uma tentativa de participação ou de interlocução com as instituições estabelecidas, isto é, uma predisposição ao “compartilhamento do exercício do poder”, conforme nos aponta Paula Schommer (2015). Pode significar que houve uma apropriação por parte da sociedade civil de um mecanismo ou instrumento de controle da informação, não necessariamente criado para esse fim.

A visão da ativista social Noemi Krefta (2015, p. 45) é de que os observatórios têm a função de tornar visível o invisível, ou seja, “servir de suporte aos movimentos para dar visibilidade com números e com a profundidade dos problemas que os movimentos apontam, uma vez que estes nem sempre têm ferramentas para quantificar os desafios que lhes são colocados”. Quer dizer que, para os movimentos sociais, os observatórios são ferramentas que permitem formas de representação política, embora não sejam as únicas.

2.3 Cenários de implantação dos observatórios no Brasil

A introdução de observatórios no Brasil remonta à iniciativa pioneira do Observatório de Políticas Culturais (ECA/USP), criado pelo Prof. Dr. Teixeira Coelho no final da década de 1980. Encontramos nesta experiência as primeiras referências a um observatório voltado às questões do campo cultural com enfoque nas políticas públicas.³ Sua contribuição para a organização de conceitos e referências ao conhecimento de políticas culturais é reconhecida tanto pelo meio acadêmico quanto pelos profissionais que até hoje fazem uso do *Dicionário Crítico de Políticas Culturais* (1997), desenvolvido pelo Observatório com a participação de diversos pesquisadores, entre eles, a Prof^a Dr^a Maria Helena Pires Martins e a Prof^a Dr^a Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo. Na época, foram realizadas também pesquisas sobre hábitos culturais dos alunos da Universidade de São Paulo (USP).

Os anos 1990 não representaram um período de grande aparição de observatórios de cultura, no Brasil, ao contrário da Europa onde foram criados especialmente na segunda metade desta década. Isso se deve, em parte, à forma como a sociedade e as instituições, inclusive as empresas e os órgãos públicos, incorporaram as novas formas de investimento em cultura. Apesar de a pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, concluída em 1996, mostrar um efetivo crescimento da produção cultural e dos empregos no campo (no período de 1985-1995), ela mostra também as dificuldades que os profissionais e artistas encontravam para realizar seus projetos sem se submeter às lógicas de marketing das empresas. Apenas 10% dos projetos aprovados conseguiam captar recursos no mercado (BERBEL, 2011) a partir das Leis de incentivo criadas⁴. Portanto, é um momento de insatisfação, de crítica, de dúvidas sobre o modelo de política cultural adotado. A cultura como “um bom negócio”⁵ não é vista com simpatia por todos. Mas é fato que toda uma geração de profissionais e de modelos de gestão surgiu nesse contexto.

Os modelos de observatórios, com atuação mais geral, no campo da cultura e da comunicação, dos quais destacaremos dois exemplos pela forma e pela atuação, são modelos críticos às formas de políticas culturais relacionadas à cultura e à comunicação e mesmo ao

3 As informações sobre as atividades do Observatório constam no currículo Lattes do Prof. Dr. Teixeira Coelho. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=C7A0AD329DDC>. Acesso em: 15 de novembro 2015.

4 Lei Sarney (1986); Lei Rouanet (1991).

5 **Cultura é um Bom Negócio** – slogan do MinC, criado nos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

conceito de desenvolvimento. Tanto o OBSCOM - ligado à Universidade Federal de Sergipe - criado em 1994, quanto o Observatório da Imprensa - inicialmente ligado à Unicamp e depois ao Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) - criado em 1996, são reconhecidos pelas contribuições aos campos da comunicação e cultura por meio da crítica e da produção de conhecimento, e se mantêm há vinte anos ativos e com credibilidade.

O Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM) tem uma linha de atuação que procura compreender os mecanismos da produção cultural no capitalismo contemporâneo. O Observatório de Imprensa procura monitorar os meios de comunicação para que a informação não seja veiculada conforme interesses de grupos ou visões específicas.

O período compreendido de 2000 a 2010 é considerado o mais profícuo no que se refere à constituição dos observatórios de cultura no Brasil e isto se deve à expansão das ações culturais na sociedade, às discussões sobre políticas e direitos culturais e ao reconhecimento da importância da economia da cultura e dos setores criativos para o desenvolvimento do país no contexto global. Como característica geral dos observatórios desenvolvidos nesta década, podemos apontar a especialização ou a concentração de recursos e interesses em setores específicos quer sejam da economia criativa (audiovisual, cinema, música) ou de aspectos da cultura tal como diversidade, etnia, cultura local, artes etc. Em todos, observa-se o discurso e a intenção de contribuir ou influenciar as políticas públicas e um incipiente pensamento sobre o trabalho em rede e participação social.

Apesar de a grande maioria da amostragem dessa pesquisa ser vinculada à esfera pública, localizada em órgãos, instituições, fundações e universidades federais, há a inserção da iniciativa privada, da esfera municipal e da sociedade civil. Muitos observatórios são concebidos como departamentos, programas, projetos, grupos de estudo entre outras denominações, isto é, não são “estruturas” organizacionais independentes, embora muitos se formem com quadro de pesquisadores e espaços próprios. Essa é uma característica que tende a se manter na próxima década. Este fato é coerente com a política adotada pelos órgãos de pesquisa federais, nessa primeira década do século XXI, prevendo a ampliação de núcleos de pesquisas sobre os movimentos sociais nas universidades brasileiras.

A política da CAPES e do CNPq (órgãos federais de promoção e desenvolvimento das pesquisas no país no nível do ensino superior) fortaleceram e impulsionaram a criação de grupos de pesquisa. As temáticas relacionadas com formas da sociedade civil organizada, em cooperativas, oficinas e programas sociais, com apoio de políticas públicas, ganham

destaque. Mulheres, afrodescendentes e grupos de povos indígenas passam a ser foco de pesquisas, editais, grupos de trabalho, políticas públicas etc. (GOHN, 2015, p. 5).

Neste contexto, surgem as iniciativas ligadas ao reconhecimento e produção de informação sobre etnias e territórios culturais específicos como as favelas e regiões peculiares. Apesar de, em alguns casos, o observatório estar vinculado a órgãos públicos ou universidades, os profissionais e pesquisadores são oriundos de causas e movimentos culturais e têm uma perspectiva de participação social na construção dos repositórios de informação. Podemos destacar os seguintes observatórios desse período: Observatório da Cultura de Porto Alegre (RS, 2010), Observatório Afro-latino e Caribenho (Brasília/DF, 2009), O Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA, Brasília/DF, 2008), Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC - Rio de Janeiro/RJ, 2007), Observatório da Indústria Cultural (Oicult - Niterói/RJ, 2007), Observatório Itaú Cultural (OIC - São Paulo/SP, 2006), Observatório da Diversidade Cultural (ODC - Belo Horizonte/MG, 2005), Observatório de Favelas (Rio de Janeiro/RJ, 2001).

No período compreendido entre 2011 e 2015, os observatórios estão geralmente circunscritos às ideias de cultura enquanto estratégia de desenvolvimento seja pela perspectiva da economia da cultura⁶, da economia criativa ou da economia solidária⁷. A articulação dos Pontos de Cultura e outras iniciativas culturais consolidam uma perspectiva de cooperação e colaboração, muitas vezes independentes de incentivos públicos ou privados. Os grupos, os movimentos e os coletivos vão assegurando formas colaborativas e alternativas de sustentabilidade, criando novos arranjos de produção cultural.

6 Segundo Ana Carla Fonseca Reis (2012), a economia da cultura surge nos anos 1960, nos Estados Unidos, e trata-se de uma disciplina reconhecida na economia. “É a utilização metodológica dos instrumentos e do aprendizado da economia a favor da cultura.” No Brasil, o termo é introduzido em 2003. O conceito de economia criativa vem do termo indústrias criativas, inspirado no projeto Creative Nation (1994), da Austrália. Em 1997, o conceito é incorporado e **estudado** na Inglaterra como proposta de Tony Blair para a revitalização da competitividade da economia inglesa. Então, economia criativa é uma extensão da ideia de indústrias criativas e envolve a compreensão econômica de toda a produção simbólica, seja o design, a publicidade, a moda, o cinema, o patrimônio cultural, as artes plásticas e demais áreas já incorporadas pelas indústrias culturais. REIS, Ana Carla Fonseca. Entrevista concedida à Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul. <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2012/01/economia-da-cultura-entrevista-com-ana-carla-fonseca-reis/>

7 A economia solidária surge no Brasil, como conceito, no final dos anos 1980, com as ações para fortalecer e recuperar formas de solidariedade já observadas nas culturas do país e da América Latina. “O objetivo da economia solidária é criar atividades econômicas sustentáveis, geridas na base da cooperação entre os seus trabalhadores, em uma perspectiva de **desenvolvimento local** e de **construção de outras relações sociais**, emancipadoras e equitativas. Tem por isso uma visão mais multidimensional, que vai para além do econômico, e integra fortemente a educação, a cultura, a ação política para a transformação social”. Disponível em: <http://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/comercio-e-desenvolvimento/economia-solidaria/>. Acesso em: 12 abr. 2016.

A maioria dos observatórios culturais desse período está vinculada às universidades federais e aos programas de pós-graduação e extensão, prevalecendo uma vocação de produção teórica e acadêmica, embora exista também a produção de indicadores específicos em setores criativos. Ainda permanece o discurso de contribuição à formulação de políticas públicas, de forma mais discreta. Mas a diferença é que a preocupação agora é voltada para o conhecimento dos territórios locais, regionais e a conseqüente transformação de suas realidades. Há uma aproximação no tratamento metodológico de questões sociais e culturais, sendo estas últimas um tanto instrumentais para a resolução das primeiras.

O Observatório de Economia Criativa (OBEC), proposto pelo Ministério da Cultura, em 2012, talvez seja a iniciativa mais próxima da ideia de um observatório no sentido tradicional, planejado como instrumento de gestão, capaz de observar e conhecer a realidade dos setores criativos por meio de uma metodologia compartilhada e trabalho em rede. Na sua concepção original, ele tinha uma proposta de conhecimento do território nacional a partir do reconhecimento dos estados. É possível dizer, entretanto, que na sua efetivação, associados às universidades federais, estão mais próximos dos núcleos de pesquisa e produção de conhecimento acadêmico. Além dele, podem ser destacados os seguintes observatórios, criados no período: Observatório Cultural Unilasalle (Canoas/RS, 2012), Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult, João Pessoa/PB, 2014), Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais (Cariri/CE, 2014).

2.3 Considerações a partir dos conteúdos dos sites dos observatórios

A pesquisa de Herschmann, Santos e Albornoz (2008) sobre o crescimento dos observatórios no Brasil apresenta um quadro de desafios, vulnerabilidades e oportunidades referentes a esse equipamento, no contexto nacional, que permanece ainda válido e, pode-se dizer, muito atual. O tempo transcorrido desde a primeira reflexão desses autores, há cerca de 10 anos, consolidou algumas das preocupações apontadas, por exemplo, a respeito das condições de legitimação desses órgãos pela sociedade e mesmo pelos poderes públicos.

As primeiras reflexões de Herschmann, Santos e Albornoz datam de 2006 e referem-se aos observatórios ibero-americanos, em geral. Em 2008, eles realizam um levantamento no Brasil, incorporando somente as 10 instituições que se denominavam “observatórios” de informação, cultura e comunicação. As características mais gerais, apontadas, então, referem-se à natureza jurídica (maioria ligada à esfera pública), à origem dos recursos (maioria de

recursos públicos) e à grande variedade de missões (objetivos e temáticas diversos). Observa-se, nesta época, a predominância de uma linha de atuação mais acadêmica e pouca participação do setor privado, além da dificuldade de articulação e trabalho em rede (HERSCHMANN, ALBORNOZ, 2008, p. 7-9).

Na pesquisa realizada agora, podemos afirmar que o quadro permanece semelhante. Entre os 15 observatórios analisados, 10 estão diretamente vinculados à esfera pública, majoritariamente federal, sendo denominados de formas diversas: núcleo ou grupo de pesquisa, programa, área de informação e órgão público. Entre eles, a maioria está associada às universidades públicas (6), aos programas de pós-graduação, e os demais a órgãos públicos (4). Os outros 5 observatórios estão ligados ao terceiro setor e à iniciativa privada.

Podemos dizer que a grande atividade pensada para os observatórios está concentrada na produção de conhecimento (análises, reflexões, produção teórica) sobre o campo cultural. E, em menor escala, está na construção de indicadores (dados, informações, contextos) que podem auxiliar os gestores a tomar decisões e a estabelecer políticas públicas culturais. O quadro de pesquisas e levantamentos produzidos pelos observatórios de cultura, no Brasil, considerando o que está disponível nos canais de informação, especialmente os sites, apresenta as seguintes características gerais:

a) quanto ao tipo: análises mais reflexivas, de caráter qualitativo, feitas por universidades, movimentos sociais, núcleos de estudos, instituições sem fins lucrativos; conjunto de dados coletados ou bases de dados sobre um determinado setor ou fenômeno, organizados nos órgãos públicos e privados; indicadores culturais, que são mais raros, e mapeamentos diversos, que são mais comuns.

b) quanto às áreas e temas: os setores artísticos e criativos são predominantes; os fenômenos culturais locais e regionais vêm sendo mais frequentes na última década; os perfis de públicos e consumo cultural são feitos, em geral, nos municípios.

c) quanto à abrangência: caráter nacional, regional, inter-regional e local.

Percebe-se que há uma profusão de “bases de dados” e de pesquisas qualitativas, mas não propriamente de indicadores culturais, segundo o conceito. Além disso, não há compatibilidade entre os levantamentos feitos nas diferentes instituições, o que pode indicar que as atuações, nesse sentido, são feitas isoladamente e não há compartilhamento de metodologias. A impossibilidade de comparar os dados torna-se um problema, pois impede o

estabelecimento de padrões, de índices, mediante os quais seria possível ter uma visão mais complexa dos fenômenos e a possibilidade de trocas entre as instituições.

Constatando que os observatórios de cultura estão, em grande maioria, na área pública e que os recursos provenientes são majoritariamente públicos, e que nem todos oferecem atividades de formação, é possível dizer que eles têm participado discretamente nos processos de formação de gestores, utilizando especialmente os fundos públicos e, em menor escala, os privados.

É possível afirmar que a grande maioria, no caso brasileiro, não se institui como um equipamento técnico de informação e comunicação tal como seria desejável conceitualmente e tem se desenvolvido em outros países, ou seja, não possui o aparato tecnológico e metodológico que seria necessário para construir uma plataforma dinâmica de informação com continuidade e atualização. No que diz respeito à participação e escuta social, a situação ainda é mais precária. Pelo que pudemos observar das ações midiáticas e em rede dos observatórios culturais, somente o Observatório da Imprensa e o Observatório de Favelas possuem sites dinâmicos e atualizados frequentemente. Os demais não parecem ter essa preocupação. Alguns estão há mais de um ano sem publicar qualquer informação nova e há aqueles que ainda não têm sites.

No geral, os sites dos observatórios culturais se estruturam mais como equipamentos de disseminação, de divulgação e difusão de suas atividades e produções. E não como plataformas de informação, conhecimento e interatividade. Entre os que se destacam nesses quesitos estão: Observatório de Favelas (RJ), Observatório Itaú Cultural (SP), OBSCOM (SE), Observatório de Imprensa (SP), Observatório da Diversidade Cultural (MG), Observatório de Cinema e Audiovisual (DF), Observatório de Cultura de Porto Alegre.

É claro que a produção e a ação dos observatórios são mais volumosas do que os seus canais de informação conseguem mostrar (sites, blogs, páginas etc). Os cursos, as palestras, os encontros, os seminários nacionais e internacionais, as pesquisas, as análises, as publicações e os debates públicos são muito numerosos em todo o Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a maior contribuição dos observatórios, no contexto atual do Brasil, se dê efetivamente na construção de uma cultura das práticas de pesquisa, de observação e de prospecção, que podem ser apropriadas por diferentes grupos sociais com o intuito de se

obter informações e conhecimentos. Além disso, trata-se da apropriação de teorias e metodologias que estavam circunscritas a certas esferas científicas e acadêmicas, ou seja, a apropriação de um aparato que pode dar aos diversos grupos condições de produzir um quadro de significados sobre a própria realidade. Embora associados, em grande parte, ainda aos meios acadêmicos ou especializados, ao ambiente dos órgãos públicos, muitas são as experiências de observatórios que extrapolam as instituições tradicionais seja pelo escopo de atuação ou mesmo pelo objeto a que se dedicam.

A prática da pesquisa e da observação e o enfrentamento das questões culturais locais podem contribuir para a mudança de mentalidade política, podem dar autonomia aos grupos, podem reforçar as demandas sociais e se constituir como condição de ação política. A elaboração de políticas culturais, nesse sentido, acontece por meio dos insumos dos grupos diversos. Com a efetiva cidadania participativa, as políticas públicas são construídas por causa das necessidades e desejos das pessoas e não por projetos de instâncias exógenas, pensados de cima para baixo (ministérios, instituições, governos, políticos, intelectuais etc).

A apropriação do conceito de observatório, muitas vezes, é feita a partir da simples metáfora que o termo expressa. Em muitos casos, não é a metodologia ou a cientificidade que é importante, mas a ideia de um local privilegiado por meio do qual uma determinada cultura é posta em evidência ou ganha visibilidade e legitimidade. O Observatório de Favelas, na cidade do Rio de Janeiro, talvez tenha um pouco deste sentido. As ações são voltadas para o reconhecimento das práticas culturais das favelas, consideradas tão criativas e importantes quanto às de outros lugares. Então, a favela é o lugar de troca, de realização, de vida própria, que está no centro dessa observação.

Para entender a contribuição dos observatórios brasileiros, isto é, suas pesquisas, dados, informações e reflexões, como ferramentas úteis às políticas culturais, seria preciso realizar um mapeamento mais detalhado dessa produção, incluindo os conteúdos que não estão disponíveis em seus sites. Com certeza há muito conhecimento sendo produzido, mas não necessariamente disponibilizado ao público em sua totalidade. Por enquanto, o que é possível apreender é que, mesmo em processo de institucionalização, os observatórios contribuíram para uma mobilização em torno da pesquisa e da produção de indicadores, e isso impactou a gestão da cultura, tornando-a um pouco mais abrangente e participativa.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Luís A.; HERSCHMANN, Micael. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 7, dez. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/102/101>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- BARROS, José Márcio Barros. Observatório da cultura: entre o óbvio e o urgente. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 2, p. 59-65, maio/ago. 2007.
- BELAËN, Florence; LACAILLE, Fabien; LACROIX, Jean-Louis. Genèse de l'Observatoire du Patrimoine et de la Culture Scientifiques et Techniques. **La Lettre de l'OCIM** [En ligne], n. 126, 2009. Disponível em: <http://ocim.revues.org/220>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- BERBEL, Joatan. **Cultura em debate II**: a atribulada história do Ministério da Cultura. 4 de novembro 2011. Disponível em: <http://reberbel.com/2011/08/04/cultura-em-debate-ii-a-atribulada-historia-do-ministerio-da-cultura/>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- BEUTTENMULLER, Gustavo. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil**: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado). FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BOTELHO, Isaura. O desenvolvimento de pesquisas no campo das políticas culturais. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 2, p. 66-71, maio/ago. 2007.
- BRAGA, José Luiz. A política dos internautas é produzir circuitos. In: ALEXIUS, Átila (Org.); SILVA, Liz Carniel da (Org.); MAIA, Marilene (Org.). **Observatórios, metodologias e impactos**: referências, memórias e projeções. São Leopoldo: Unisinos, 2015. p. 7-20.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – II**: da enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 45-46.
- COELHO, Teixeira. Da opinião ao Dado. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 1, p. 9-11, jan./abr. 2007.
- DICIONÁRIO Astronômico. Araçatuba: Inape, 2010. Disponível em: <http://www.inape.org.br/wp-content/uploads/2010/06/Dicion%C3%A1rio-Astron%C3%B4mico-Atualizado.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- GOHN, Maria da Glória. Desafios para a Pesquisa em Ciências Sociais na América Latina na Temática da Participação Social. **Polis** [En línea], n. 41, set./2015. Disponível em: <http://polis.revues.org/11186>; DOI: 10.4000/polis.11186. Acesso em: 1 maio 2016.
- HERSCHMANN, Micael; SANTOS, Suzy; ALBORNOZ, Luís A. **O crescimento dos observatórios no Brasil (2008)**. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/13189>. Acesso em: 20 set. 2015.

KREFTA, Noemi. Tornar visível o invisível. O papel dos observatórios na luta dos movimentos sociais. In: ALEXIUS, Átila (Org.); SILVA, Liz Carniel da (Org.); MAIA, Marilene (Org.).

Observatórios, metodologias e impactos: referências, memórias e projeções. São Leopoldo: Unisinos, 2015. p. 45-49. Entrevista concedida a Ricardo Machado.

INSTITUCIONALIZAÇÃO. In: Artigos de apoio **Infopédia. Dicionários Porto Editora**. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. 2. ed. Revista e atualizada. São Paulo: Loyola, 2006. 198 p.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Observatório. In: _____. **Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

ORTEGA NUERE, Cristina. **Observatorios culturales:** creación de mapas de infraestructuras y eventos. Barcelona: Ariel/Planeta, 2010. 283 p.

PHÉLAN C., Mauricio. La Red Observatorios Locales de Barcelona, España: um estudio de casios para deseñar uma propuesta nacional. **FERMENTUN**, Mérida, Venezuela, Ano 17, n. 48, p. 96-122, enero-abr., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/pdf/ferm/v17n48/art06.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SCHOMMER, Paula Chies. Observar, monitorar e compartilhar o exercício do poder. In: ALEXIUS, Átila (Org.); SILVA, Liz Carniel da (Org.); MAIA, Marilene (Org.). **Observatórios, metodologias e impactos:** referências, memórias e projeções. São Leopoldo: Unisinos, 2015. p. 21-34.

TOLILA, Paul. Observatório cultural: ferramenta democrática de ação política. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 1, p. 34-42, jan./abr. 2007.

VICÁRIO, Fernando. Prólogo. In: ORTEGA NUERE, Cristina. **Observatorios culturales:** creación de mapas de infraestructuras y eventos. Barcelona: Ariel/Planeta, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 240 p.